

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 16 de março de 1994

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Sinalização para produzir mais

É encorajador o anúncio de empresas de setores diversos de que estão dispostas a investir substancialmente no País ou estão reprogramando investimentos para adiantar o seu cronograma. Se isso, em muitos casos, não pode ser atribuído diretamente ao programa do governo, já que planos de expansão das empresas são definidos com muita antecedência, a sua confirmação agora é, sem dúvida, prova de que acreditam no desenvolvimento sustentado do País.

Essa movimentação não está limitada às companhias de grande porte, embora naturalmente sejam estas as que mais chamam a atenção pelo vulto dos investimentos previstos. Apenas para citar dois exemplos: na semana passada, a Votorantim, o maior grupo privado nacional, anunciou um plano de investimentos de US\$ 800 milhões em 1994/95 em vários segmentos de seu complexo industrial. Quase ao mesmo tempo, a General Motors revelou que pretende investir no Brasil US\$ 500 milhões em 1995, o dobro do que já está aplicando neste ano, pretendendo produzir 500 mil veículos em 1997.

Projetos como estes devem gerar milhares de novos empregos diretos e indiretos e, se

a tendência se consolidar, o impacto no mercado de trabalho, a médio prazo, pode ser de grande amplitude. O Brasil precisa disso, pois, como já se observou, o surto de crescimento do produto real no ano passado teve consequências pouco significativas sobre o nível geral de emprego.

O quadro que se desenha não é menos importante para o programa de estabilização sob outros aspectos. Pode ser que boa parte dos investimentos planejados seja direcionada para a exportação, mas, de qualquer forma, a renda interna tende a aumentar. Isso deve pressionar a demanda, não só de bens duráveis de consumo mas também dos chamados bens de salário.

Contudo, a possibilidade de desabastecimento parece-nos remota. Mesmo se tendo reduzido bastante a margem de ociosidade na indústria brasileira, existe ainda uma folga apreciável em diferentes setores para permitir o aumento da produção sem efeitos inflacionários. Pode haver uma defasagem entre a

maturação dos investimentos que se farão cada vez mais necessários para suprir a procura adicional, mas o mercado pode vir a ser regulado através do crescimento das importações, estando o País em situação cambial sólida o suficiente para suportá-lo. Quanto à produção agropecuária, ela já está respondendo ao estímulo proporcionado por uma boa remuneração. Como este jornal publicou ontem no relatório sobre o Rio Grande do Sul, só a safra gaúcha deve atingir 17 milhões de toneladas de grãos neste ano agrícola. Se as condições climáticas continuarem ajudando, a safra nacional pode chegar ao nível recorde de 74 milhões de toneladas.

Tudo isso vem confirmar a nossa visão de que o programa de estabilização é um sinalizador para produzir mais. Gargalos podem ocorrer, evidentemente, mas o mais ameaçador deles, em nosso entender, é a deficiência de investimentos em infra-estrutura. Seria deplorável que, tendo tudo para continuar crescendo, o País não pudesse fazê-lo por fal-

ta de suprimento adequado de energia elétrica, condições precárias de grande parte de sua malha rodoviária, transporte ferroviário desajustado às exigências de hoje e de amanhã, desatualização dos portos, congestionamento das comunicações, etc.

Em vista das exíguas verbas para investimentos públicos, a aceleração do processo de privatização torna-se simplesmente lógica. Nas negociações com o FMI, o governo previu que a desestatização renderia ao Tesouro US\$ 2 bilhões neste ano, o que serviria como colchão para o acerto das contas públicas, não como fonte de investimentos em infra-estrutura.

Estes precisam ser feitos pelos grupos que assumirem o controle das estatais, bem como pela introdução de novos esquemas, apenas ensaiados até agora, como a parceria entre o governo e a iniciativa privada, para levar adiante projetos básicos de desenvolvimento. Poderíamos mesmo dizer que, depois do FSE, da URV, da entrada em vigor do real, esta seria a quarta fase do programa de estabilização. Para que tenha êxito, é preciso definir, o quanto antes, as novas fronteiras do programa de desestatização.